

## Entrevista a D. Manuel Clemente \*

*1. Quando actualmente pensamos na relação entre Religião e Liberdade de Expressão, somos imediatamente transportados para situações recentes em que alguns acontecimentos culturais e jornalísticos suscitaram a ira de alguns grupos muçulmanos. Podemos reduzir essa relação aos acontecimentos actuais? Podem eles ser tidos como imagem dessa relação?*

– As relações entre Religião e Liberdade de Expressão dependem de razões mais profundas do que algum episódio ou percalço. No que à nossa tradição “ocidental” respeita, demorou a perceber que a questão não se põe entre a verdade religiosa objectiva e a liberdade de consciência e expressão, mas sim entre tal objectividade da verdade e a pessoa, enquanto esta se entende como “dinamismo” de apreensão da verdade, que pode ser suscitado e apoiado, mas não constrangido. Até porque a apreensão pessoal, ou subjectiva – sem subjectivismo – da verdade inclui, além da compreensão racional, o assentimento total, afectivo e relacional. Foi-nos difícil entender tudo isto, porque só lenta e dificilmente foi fazendo caminho uma antropologia personalista, que encontra, aliás, nas atitudes e palavras de Cristo, um incentivo imenso. Para chegar à mesma conclusão, outras tradições terão de fazer idêntico caminho, rumo à aceitação dos direitos humanos, como estão internacionalmente propostos desde a Declaração de 1948. Nisto, sobretudo, não podemos voltar atrás.

---

\* Bispo do Porto. Entrevista por Paulo Mendes Pinto.

D. MANUEL CLEMENTE

*2. Como algumas vezes se afirma, são as religiões contrárias à liberdade de expressão?*

– Se a religião cristã se referir sempre ao comportamento de Cristo, só pode facilitar a liberdade de expressão, pois ele próprio a suscitou nos interlocutores que teve, propondo-se sem jamais se impor. Por outro lado, as religiões, em geral, viabilizam e escoam a expressão do que o ser humano tem de mais profundo como súplica ou louvor. Não é por acaso que grande parte do que a humanidade produziu ou produz de artístico, musical e literário, ou nasceu da inspiração religiosa, ou foi buscar aos cultos as formas e palavras mais capazes de expressar tais sentimentos.

*3. Como enquadra, como entende, a polémica que no Natal de 2007 surgiu em torno da realização, nas escolas, de actividades relacionadas com o Natal, uma festa cristã?*

– Com uma preocupação propriamente “cultural”. De facto, há uma certa tendência para considerar a cultura como terreno amorfo e expressão vazia, sem referência religiosa ou alegação confessional explícita. O que é um enorme erro, porque a cultura – como etimologicamente se entende – é resultado e operação dum cultivo, que molda gerações e pátrias, em torno de sentimentos, convicções e práticas. Podem evoluir, complementar-se, partilhar-se, mas não negar-se, a não ser em nome dum ser genérico e abstracto, onde ninguém acaba por se reconhecer nem crescer. Nas escolas portuguesas, onde, antes de mais, se deve transmitir cultura, esquecer o motivo cristão só se pode entender como amnésia ou mentira. Até porque o Cristianismo originou valores que são vividos muito além da prática religiosa estrita. Claro que, se houver outras tradições religiosas significativamente presentes numa determinada população, também se podem ou devem manifestar na escola, como na sociedade. Não é por exclusão mas por inclusão que a cultura avança e a sociedade se realiza.

*4. Diria que existe actualmente um medo constante em relação ao problema da “ofensa”, seja ela em relação a certas religiões ou em relação a não religiosos?*

116 | – Falaria antes no rescaldo de muitas histórias não contadas e outras tantas mal contadas sobre religiões e violências. A violência

existe antes e independentemente das religiões, pois também se executa e muito em nome de ateísmos vários. Pode servir-se de qualquer pretexto, inclusive religioso, como sabemos. A este (des)propósito, lembro-me daquele habitante de Belfast que, ao sair à rua, se viu interpelado, com pistola apontada, nos seguintes termos: “Católico ou protestante?”. Ele balbuciou: “Eu sou ateu...”. Para ouvir de imediato: “Mas ateu católico ou protestante?”...

*5. Acha que se deveria distinguir, com mais rigor, entre ofensa (a realizada com intenção de ofender e a casual) e afrontamento? Poderia ilustrar com alguns casos?*

– Retomo o que disse acima, sobre a apreensão pessoal da verdade, como dinamismo complexo, envolvendo cada um na relação com os outros – e com o Outro. Dentro dum relacionamento saudável, há lugar para divergência e oposição, se tal significar confronto de posições particulares, mas não confronto de pessoas em si mesmas. Ou seja, com respeito mútuo, próprio de quem não caminha sozinho. Se “afrontamento” significa desprezo e injúria, não é aceitável, pois nenhum ser humano pode ser alvo de tais sentimentos. Se significa “encontro cara a cara”, poderá acontecer como chamada à razão ou resistência legítima. Aliás, sabemos bem como alguma reprimenda nos despertaram para valores esquecidos ou ainda não apreendidos. E aos verdadeiros amigos desculpamos quase tudo.

*6. É inevitável um choque de olhares sobre o mundo religioso quando se tentam enquadrar as práticas, imagens e símbolos em regras exteriores às confissões?*

– Além do que já aponte quanto ao imprescindível preenchimento da cultura e da educação, deve recordar-se que um Estado democrático serve a sociedade e não a inventa a partir de algum *a priori* ideológico. Quando não estão em causa direitos fundamentais e comuns, as imagens e símbolos religiosos devem ter a expressão pública inerente às convicções pessoais e interpessoais dos cidadãos crentes. A sociedade não é composta por átomos (des)humanos e vazios, mas por sujeitos interactivos e distintos, que a enriquecem a partir das respectivas tradições.

D. MANUEL CLEMENTE

*7. De que forma devem reagir, sociedade, em geral, e as entidades religiosas, em particular?*

– Exactamente por terem redundância social, as confissões religiosas gozam de consideração pública que, no nosso caso, é assegurada pela Constituição e pela Lei de Liberdade Religiosa. Quando alguma confissão religiosa tiver grande presença numa sociedade, podem o Estado e ela própria regular a colaboração respectiva, no que interesse igualmente aos dois, em benefício do cidadão crente, É o que acontece entre nós. com a Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, para a colaboração em causas comuns e sem qualquer discriminação dos seguidores de outros credos.

*8. O que falta construir para que religiosos, de vários horizontes religiosos, e não religiosos possam habitar “pacificamente” um mesmo espaço cívico? Quais as “definições” de Liberdade e de Expressão que se devem encontrar?*

– As definições estão em geral estabelecidas, sobretudo na referência à pessoa humana, como valor essencial. Liberdade, porque é ela que constitui a pessoa como consciência autónoma e reflexa, e só assim responsável. E de expressão, porque o próprio conceito de pessoa inclui a sua expressividade relacional. Na conjugação com os outros, cada qual tem no respeito mútuo a sua realização e o seu limite, ou melhor, a necessária conjugação. Assim vivem as comunidades, em torno dum bem verdadeiramente comum, realizado no desenvolvimento livre e responsável “de todo o homem e do homem todo”. Quem crê numa criação e finalização comuns de todos os seres humanos, ou quem (apenas) razoavelmente considera tal unidade, encontra-se na boa vontade.

*9. Sobre a relação específica com o Islão, está a Europa, tradicionalmente cristã há um largo número de séculos, preparada para integrar dentro da sua estrutura económica e administrativa um país maioritariamente muçulmano, mesmo quando é dado conhecido que os países muçulmanos, por quase norma, não são exemplo na questão da Liberdade de Expressão?*

118 | – Prefiro começar pela sociedade e não pela religião em si mesma, ainda que reconheça a influência social dos credos e cultos. Na

Europa, também por influxo evangélico, atingimos um razoável consenso sobre os direitos humanos e a sua prática. Outras sociedades, por razões de vários tipos, não fizeram ainda o nosso percurso. Mas é óbvio que o mundo actual não suporta compartimentos estanques. Aliás, a interrogação quanto à Turquia, por exemplo, não ocultará da nossa parte alguma falta de convicção sobre a dimensão universal dos valores que afirmamos? Quando os “bárbaros” invadiram o Império Romano do Ocidente, o “nosso” Orósio de Braga disse mais ou menos o seguinte: “Ainda bem que vêm, porque nós tardávamos em ir ter com eles. Assim temos mesmo de os convencer da bondade das nossas convicções!”.

*10. Qual pode ser o papel das estruturas religiosas nessa relação futura?*

– Aquele que ainda recentemente vimos em Istambul/Constantinopla, nos encontros de Bento XVI com o Patriarca Ortodoxo ou os responsáveis muçulmanos. No caso de judeus, cristãos e muçulmanos, a fé num Deus comum tem necessariamente de repercutir-se no reconhecimento mútuo e prático. Homens e mulheres como Gandi, Teresa de Calcutá, João Paulo II ou mesmo Hassan II de Marrocos perceberam-no e realizaram-no.

*11. No caso do catolicismo, depois da visita de Bento XVI à Turquia, como vê que possa ter lugar, no terreno, o apelo ao diálogo, ao mútuo conhecimento e à construção comum?*

– “No terreno”, há já muitos casos de colaboração inter-religiosa, seja no Próximo Oriente, seja na Europa. Na vida do dia a dia, muita coisa se resolve em colaboração e em paz. Mas os fundamentalismos também se expandem onde esse dia a dia é mais difícil e os rancores se acumulam, com pretextos vários. A eliminação do outro aparece então como expediente prático, por vezes utilizado pelos próprios responsáveis políticos. Ganha aqui toda a actualidade o lema lançado por Paulo VI em 1967: “O desenvolvimento é o novo nome da Paz!”. É por isso que o movimento ecuménico tenta trabalhar a dois níveis: o da elucidação doutrinal e o da colaboração prática, em tudo o que respeite ao desenvolvimento e à paz.

*D. MANUEL CLEMENTE*

*12. Terminando, qual o papel dos Estados e das suas estruturas nesse processo?*

– Em suma, afirmação e promoção dos direitos humanos, em conformidade com as declarações internacionais; e prática concreta da subsidiariedade, em relação a todas as iniciativas de pessoas e grupos, incluindo os religiosos, que vão no mesmo sentido.